

CONTABILIDADE PÚBLICA

 Cursos Livres



Introdução à Contabilidade Pública

Fundamentos da Contabilidade Pública

Conceitos Básicos e Definições

A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que se dedica ao registro, controle e análise dos atos e fatos da administração pública. Ela tem como objetivo principal fornecer informações úteis para a tomada de decisões, bem como para o controle e a transparência das finanças públicas.

Conceitos Básicos:

- **Atos e Fatos Administrativos:** Os atos administrativos são ações realizadas pelos gestores públicos que não alteram o patrimônio, como uma assinatura de contrato. Já os fatos administrativos são eventos que afetam o patrimônio público, como a arrecadação de impostos ou a realização de despesas.
- **Patrimônio Público:** Conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes ao ente público. Inclui imóveis, veículos, equipamentos, além de direitos a receber e obrigações a pagar.
- **Orçamento Público:** Documento legal que estima as receitas e fixa as despesas para um determinado exercício financeiro. É um instrumento de planejamento e execução das políticas públicas.

Diferenças entre Contabilidade Pública e Privada

A contabilidade pública e a privada compartilham alguns princípios e técnicas contábeis, mas diferem significativamente em seus objetivos, normas e usuários das informações.

Diferenças Principais:

- **Objetivo:** A contabilidade pública visa a transparência e o controle dos recursos públicos, enquanto a contabilidade privada busca a maximização do lucro e a avaliação da performance financeira de uma entidade privada.
- **Normas:** A contabilidade pública é regida por normas específicas, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e leis específicas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A contabilidade privada segue normas internacionais, como as IFRS (International Financial Reporting Standards) e, no Brasil, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
- **Usuários das Informações:** Na contabilidade pública, os principais usuários são a sociedade, gestores públicos, órgãos de controle e legisladores. Na contabilidade privada, os usuários incluem investidores, credores, gestores e reguladores.
- **Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis na contabilidade pública incluem, além do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, o balanço orçamentário e o balanço financeiro, que são específicos do setor público.

Objetivos da Contabilidade Pública

A contabilidade pública tem múltiplos objetivos que se entrelaçam para promover a eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Os principais objetivos são:

1. **Registro e Controle:** Registrar todos os atos e fatos que afetam o patrimônio público, garantindo que haja um controle rigoroso sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos.
2. **Transparência:** Fornecer informações claras e acessíveis para a sociedade, permitindo que os cidadãos acompanhem como os recursos públicos estão sendo geridos.
3. **Responsabilidade Fiscal:** Garantir que os gestores públicos respeitem os limites e metas fiscais estabelecidos pela legislação, evitando desequilíbrios financeiros e promovendo a sustentabilidade das finanças públicas.
4. **Suporte à Tomada de Decisão:** Fornecer informações úteis e relevantes para os gestores públicos, auxiliando na tomada de decisões e no planejamento das ações governamentais.
5. **Prestação de Contas:** Facilitar a prestação de contas aos órgãos de controle, como Tribunais de Contas, e à sociedade, assegurando que a gestão pública seja responsável e eficiente.

A Contabilidade Pública, portanto, desempenha um papel crucial na administração dos recursos públicos, promovendo a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão das finanças governamentais.

Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A contabilidade aplicada ao setor público é fundamentada em uma estrutura conceitual que visa a padronização, a clareza e a transparência das informações contábeis. Essa estrutura é composta por princípios, normas e práticas específicas que garantem a qualidade e a comparabilidade das demonstrações contábeis no âmbito governamental.

Princípios Contábeis Aplicáveis

Os princípios contábeis são normas e diretrizes que orientam a prática contábil. Na contabilidade pública, alguns dos principais princípios aplicáveis incluem:

1. **Entidade:** O patrimônio público deve ser separado dos patrimônios privados dos gestores, garantindo que as informações reflitam apenas as transações e eventos que afetam a entidade pública.
2. **Continuidade:** Assume-se que as operações governamentais continuarão no futuro previsível, o que influencia a maneira como os ativos e passivos são reconhecidos e mensurados.
3. **Oportunidade:** As transações devem ser registradas no momento em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento.
4. **Registro pelo Valor Original:** Os ativos e passivos devem ser registrados pelos valores originais das transações, sem ajustes por mudanças de valor de mercado.
5. **Competência:** As receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, não necessariamente quando são recebidas ou pagas.
6. **Prudência:** As incertezas inerentes a eventos futuros devem ser consideradas com cautela, evitando a superavaliação de receitas e a subavaliação de despesas.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) são regulamentações que orientam a contabilidade pública no Brasil. Elas são emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e buscam harmonizar as práticas contábeis no setor público com padrões internacionais, promovendo a transparência e a comparabilidade.

Principais Normas:

- **NBC TSP Estrutura Conceitual:** Define os conceitos e princípios que embasam a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis no setor público.
- **NBC T 16.1 a T 16.11:** Conjunto de normas que abordam desde conceitos e princípios fundamentais até os procedimentos específicos de registro contábil, evidenciação, e apresentação das demonstrações contábeis.

Essas normas estabelecem diretrizes claras para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das informações contábeis, assegurando que as demonstrações contábeis forneçam uma visão fiel e compreensível da posição financeira e do desempenho da entidade pública.

Importância da Transparência e Accountability

A transparência e a accountability são pilares fundamentais da gestão pública e da contabilidade aplicada ao setor público. Elas são essenciais para garantir que os recursos públicos sejam geridos de maneira eficiente, eficaz e ética.

Transparência:

- **Acesso à Informação:** As informações contábeis devem ser claras, compreensíveis e acessíveis para todos os interessados, incluindo cidadãos, órgãos de controle e entidades fiscalizadoras.

- **Demonstrações Contábeis:** A publicação regular e detalhada das demonstrações contábeis permite que a sociedade acompanhe a aplicação dos recursos públicos e a execução das políticas governamentais.

Accountability:

- **Responsabilização:** Os gestores públicos devem ser responsabilizados por suas ações e decisões, prestando contas de maneira clara e completa sobre a utilização dos recursos públicos.
- **Controle Social:** A participação ativa da sociedade no controle das finanças públicas fortalece a accountability, promovendo uma gestão mais transparente e responsável.

A estrutura conceitual da contabilidade aplicada ao setor público, fundamentada em princípios contábeis sólidos e normas específicas, é crucial para promover a transparência e a accountability na gestão pública. Isso assegura que as informações contábeis sejam confiáveis e úteis para a tomada de decisões, contribuindo para a eficiência e a integridade das finanças governamentais.

Planejamento e Orçamento Público

O planejamento e o orçamento público são instrumentos fundamentais para a gestão eficiente dos recursos públicos. Eles permitem que os governos estabeleçam prioridades, definam metas e aloquem recursos de maneira estratégica para atender às necessidades da sociedade. No Brasil, esses processos são regulamentados por legislações específicas que estruturam o ciclo orçamentário e garantem a transparência e a accountability na administração pública.

Planejamento Governamental

O planejamento governamental é o processo pelo qual o governo define seus objetivos, metas e ações para um determinado período. Este processo é essencial para garantir que as políticas públicas sejam implementadas de maneira eficiente e eficaz, atendendo às demandas da população e promovendo o desenvolvimento socioeconômico.

Componentes do Planejamento Governamental:

1. **Plano Plurianual (PPA):** O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo, elaborado para um período de quatro anos. Ele estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para os programas de governo, orientando a elaboração das leis orçamentárias anuais.
2. **Metas e Prioridades:** No PPA, são definidas as metas e prioridades do governo para o período, detalhando os programas e ações que serão desenvolvidos.
3. **Acompanhamento e Avaliação:** O planejamento inclui mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas e ações, permitindo ajustes e correções de rumo durante a execução.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento anual que orienta a elaboração e a execução do orçamento público. A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte, além de dispor sobre as alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Principais Aspectos da LDO:

- **Metas Fiscais:** A LDO define as metas de resultado primário e nominal, estabelecendo limites para a dívida pública e outros indicadores fiscais.
- **Prioridades:** Identifica as prioridades da administração pública para o próximo ano, alinhadas ao PPA.
- **Regras e Normas:** Estabelece normas para a elaboração e execução do orçamento, incluindo regras para a concessão de incentivos fiscais e limites para a despesa com pessoal.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento que detalha as receitas e despesas previstas para o exercício financeiro. A LOA deve ser compatível com o PPA e a LDO, assegurando a coerência e a integração dos instrumentos de planejamento e orçamento.

Componentes da LOA:

- **Orçamento Fiscal:** Abrange os poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- **Orçamento de Investimento:** Inclui as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

- **Orçamento da Seguridade Social:** Abrange todas as entidades e órgãos a ele vinculados, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Processo de Elaboração da LOA:

1. **Proposta do Executivo:** O Poder Executivo elabora a proposta de orçamento e a envia ao Legislativo.
2. **Aprovação pelo Legislativo:** O Legislativo analisa, debate e pode emendar a proposta antes de aprová-la.
3. **Execução Orçamentária:** Após a aprovação, o orçamento é executado, com o monitoramento das receitas e despesas ao longo do ano.
4. **Fiscalização:** A execução orçamentária é fiscalizada por órgãos de controle interno e externo, garantindo a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Importância do Planejamento e Orçamento Público

O planejamento e o orçamento público são essenciais para uma gestão eficaz dos recursos públicos. Eles permitem que o governo:

- **Estabeleça Prioridades:** Direcionando recursos para áreas e projetos mais importantes.
- **Promova a Transparência:** Tornando claro para a sociedade como os recursos serão arrecadados e gastos.
- **Garanta a Accountability:** Permite o acompanhamento e a fiscalização por parte dos cidadãos e órgãos de controle.
- **Assegure a Sustentabilidade Fiscal:** Evitando desequilíbrios financeiros e promovendo a estabilidade econômica.

Em suma, o planejamento e o orçamento público são ferramentas cruciais para a administração pública, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira estratégica e eficiente, sempre em benefício da sociedade.

